

Imaginação classificatória e cultura documental

João Marcus Figueiredo Assis

jmfassis@hotmail.com

Doutor em Ciências Sociais - UERJ

Professor Adjunto da UNIRIO; Coordenador do Grupo de Pesquisa Cultura Documental, Religião e Movimentos Sociais.

Resumo: A classificação aparece como elemento fundamental no trabalho arquivístico. Tem por finalidade compor a organização dos documentos tanto no que diz respeito ao seu aspecto físico quanto conteúdo intelectual. Este trabalho tem como finalidade discutir os significados do conceito de classificação pelo aporte teórico das Ciências Sociais. Busca-se problematizar esse aspecto relevante do campo da Arquivologia o qual recorre a redes de significados de hierarquização, envolvendo aproximações ou distanciamentos a partir de categorias de pensamento. Através da análise das classificações e seus usos sociais é possível perceber a relevante força de imposição e de manipulação social que os sistemas classificatórios carregam. Portanto, um dos critérios da função social do arquivista deve ser a análise crítica das categorias de classificação utilizadas em seu trabalho.

Palavras-chave: Arquivística; classificação; função social do arquivista; análise antropológica; função classificatória.

Classificatory imagination and documentary culture

Abstract: The classification appears as a fundamental element to the archival work. Its purpose is to compose both the organization of the documents with respect to its physical aspect and intellectual content. This paper aims to discuss the meanings of the concept of classification with the support of Social Sciences theories. We will problematize such an important aspect on the field of Archival science making use of the networks of meanings and hierarchical organization according to categories of thought. The evaluation of the types of classifications and its social uses help us to measure the force of imposition and the social manipulation of the classificatory systems. Thus, one of the criteria of the social function of the archivist should be the critical analysis of the classification categories used in their daily work.

Key words: Archival science; classification; social function of archivist; anthropological analysis; classificatory function.

Introdução

Os modelos classificatórios apresentam-se como formas de organizar o mundo conhecido pelo ser humano, ou mesmo aquele ainda desconhecido. Classificamos as realidades hierarquizando-as e subordinando-as às lógicas produzidas pelo pensamento. Colocam-se como necessárias no processo de aprendizagem e de apreensão do mundo que nos cerca. Nesse sentido, o esforço do homem ocidental está na composição exaustiva de categorias conceituais que dêem conta de explicar o mundo.

Tal esforço tem início nas argumentações dos gregos antigos sobre a realidade e seus elementos. O reforço da razão como possibilitadora do conhecimento centraliza o homem como seu produtor. Quando Aristóteles propõe encontrar um método de investigação pelo qual possamos raciocinar, partindo de opiniões gerais, aponta para a organização do pensamento de forma sistemática e ordenada. Sua proposta de raciocínio encontra força no estabelecimento de argumentos, pelos quais as coisas são pensadas, identificadas e diferenciadas (ARISTÓTELES, 1987).

Partindo dessa premissa, o filósofo vai estabelecer as diferenciações, características, elementos e procedimentos para o correto pensar. Retoma proposições de seus predecessores e contemporâneos para qualificar a Filosofia em seu caráter empírico. Considerado pai da Ciência Moderna, somos herdeiros de suas descobertas. Aprendemos a pensar por conceitos e raciocínios lógicos. Conforme Tarnas (2008), a forma peculiar pela qual os gregos desenvolveram essa visão de mundo encontra força em suas tendências à recorrência aos princípios arquetípicos. Segundo esse autor, essa forma de pensar distingue-se pela “pluralidade de conceitos atemporais que sustentavam a realidade concreta, proporcionando-lhe forma e significado” (TARNAS, 2008, p. 18). Continua indicando que tais formas arquetípicas conduziram à sistematização de conceitos gerais a serem aplicados na observação e conhecimento sobre a realidade circundante.

O que vincula nosso interesse em relação aos processos classificatórios e a filosofia clássica são justamente as condições pelas quais passamos a

configurar o mundo por meio de categorias classificatórias sustentadas em conceitos, os quais procuram ser a representação fidedigna da realidade observada.

Voltando-nos mais especificamente para os campos de conhecimento humano que tratam diretamente ou dependem dos sistemas classificatórios, no nosso caso mais próximo a Arquivística, importa discutirmos alguns aspectos da sustentabilidade e plausibilidade dessas categorias em serem aplicadas ao ordenamento da realidade por intermédio de objetos documentais.

A ideia deste trabalho nasceu (ou foi produzida) com a leitura do texto de Benedict Anderson “Comunidades Imaginadas” (ANDERSON, 2008). No capítulo intitulado “Censo, Mapa, Museu”, ele trata das condições apresentadas por estes três recursos dos estados coloniais para implementação ou afirmação de seu poder. Obviamente podemos imaginar o lugar do Arquivo nesse processo. Ao tratar especificamente do museu, identifica uma “imaginação museologizante” e seu “caráter profundamente político” (ANDERSON, 2008, p. 246). Da mesma forma, penso que podemos falar, de uma

maneira mais ampla em uma “imaginação classificatória”, a qual daria suporte para os trabalhos das instituições de memória, como as bibliotecas, os museus e os arquivos.

Nossos questionamentos partem justamente da possibilidade de acionamento constante dessa imaginação como suporte político e de poder. Essas não são inquietações isoladas e surgem das propostas de necessidade e de oportunidade de interdisciplinaridade, especialmente com a História e as Ciências Sociais. O olhar dessas outras formas de entendimento sobre as ações humanas conduzem a uma mirada “pelos bastidores”, como diria Goffman (1975). O que nos importa aqui é menos questionar os baluartes técnicos dos modelos classificatórios, sobretudo na Arquivística e mais pensar em seus usos, o que apresentam e o que escondem.

Nossa argumentação passará por três eixos. O primeiro deles é a compreensão do esforço feito no campo da Arquivística para a definição de seus termos e conceitos. Buscaremos focar no processo classificatório no que diz respeito a questões teóricas e definições terminológicas. Há um esforço pela instalação de um pensamento compreensível e mais unificado sobre

determinados termos. Temos que levar em consideração, entretanto, a multiplicidade de tradições e práticas arquivísticas nos diferentes países e mesmo no interior deles.

Outro foco de nossa atenção é a compreensão do processo classificatório como empreendimento ocidental especial de formulação de categorias “claras e distintas”. Essa forma de pensamento se sobrepôs às demais, especialmente pelo esforço de Sócrates, Platão e Aristóteles. Podemos pensar em categorias como o espaço e o tempo, fundantes de outras tantas e das quais dependemos, especialmente no contexto capitalista industrial e que se vêem hoje altamente modificadas no âmbito das características do que se passou a denominar sociedades pós-modernas.

Nosso terceiro foco de atenção está na discussão sobre a ampliação e complexificação das categorias com as quais tradicionalmente lidamos cotidianamente. Pensamos ser necessário fazermos algumas perguntas às classificações com as quais trabalhamos, grande parte das vezes de uma forma naturalizada. Para quê e para quem servem? O que apontam ou escondem sobre o contexto social no qual estamos inseridos ou projetamos? Estamos aqui

interessados, mais do que em respostas, no movimento que os questionamentos podem provocar quanto à desnaturalização dos conceitos. Nesse sentido tomaremos como base dois debates. Um deles é levantado pelo próprio Benedict Anderson, cujo texto nos inspirou nessa discussão. Dele tomaremos a ideia da “imaginação classificatória” para buscarmos compreender os usos políticos escondidos no que se deseja referenciar.

O outro debate advém da Antropologia, a qual pode nos fornecer informações relevantes sobre uma história ou arqueologia das classificações. Parece-nos propício recorrermos ao texto “As formas elementares de classificação”, de Durkheim e Mauss (MAUSS, 1999), pelo qual podemos tomar ciência do caráter eminentemente social dos conceitos e classificações.

Esforço de definição dos termos arquivísticos

Como condição para a definição de seu campo, em acelerada mutação nas últimas décadas, a Arquivística canaliza o caráter de realidade para os objetos produzidos dentro de seus critérios de observação. Os objetos não produzidos mediante tais critérios estão submetidos

à suspeita técnica e metodológica. Esse processo necessário, em especial devido à imposição de condições do conhecimento científico na modernidade, por vezes coloca a Arquivística diante de impasses conceituais. O que não se enquadra nos laços do campo tem dificuldade de ser tratado por ela.

O esforço atual de definição de conceitos busca ampliar os contatos de fronteira. Não sem sentido, uma vez que a configuração das ciências na atualidade visa mais uma interlocução do que a segmentação tradicional. Insistir nesse modelo é reforçar o isolacionismo travestido em autonomia. O diálogo maduro surge do equilíbrio do auto (re)conhecimento como campo específico e da consciência da necessidade de intercâmbios teórico-metodológico.

Nesse sentido concordamos com as afirmações que indicam o caráter de “objeto impreciso” da informação, o que conduz a uma necessária inter-relação da Arquivística e da Biblioteconomia entre si e destas com outras ciências sociais (SILVA *et al.*, 2002).

Questionando o posicionamento de autores que insistiriam em “coisificar” a informação,

[...] parece-nos discutível a “coisificação” da informação, porque por mais concretos e extensos ao observador que sejam os

“artefactos informacionais” (livros, periódicos, manuscritos, etc.), eles são extensões do pensamento e da ação humana e social, contendo, por isso, uma margem variável de imprecisão e de representação subjectiva. (SILVA *et al.*, 2002, p. 35)

Insistem esses autores no caráter fundamental para o entendimento da informação, que é o seu contexto. A objetivação proposta por alguns pensadores teria o caráter de isolar a informação, como um processo completamente autônomo e controlável. A insistência na “quantificação” da informação retiraria o acento do caráter contextual (social, político, econômico, etc.) no qual a informação deve ser entendida.

Os autores apresentam como exemplo a fotografia, a qual, *de per se* apontaria para a configuração objetiva dos fatos. Pela simples condição de ter sido fotografado, o evento ganharia conotação de veracidade. A confiança exagerada nessa condição esconderia a possibilidade dos diversos processos manipulatórios da imagem. Da mesma maneira podemos pensar os registros documentais e a exacerbação de veracidade a eles atribuída.

Existe, portanto, um limite ao caráter estritamente objetivo da informação, implicando em abertura para a imprecisão, para a interpretação e para

a subjetividade. A Arquivística, como diversas outras “disciplinas científicas emergentes” não se confrontam com essa que seria uma “dualidade dinâmica”, ou seja, a objetividade e a relativa imprecisão do conhecimento científico produzido sobre a informação (SILVA *et al.*, *op. cit.*, p.35-36).

Os autores em foco apresentam uma ilustração da formação do diálogo interdisciplinar entre Biblioteconomia e Arquivologia e dessas com outros campos como a História e a Sociologia. Entretanto, o caráter transdisciplinar deve ser capaz de ampliar o diálogo para contribuições da Informática e das disciplinas dos campos da Comunicação Social e das Ciências Sociais.

Essa transdisciplinaridade não desfaz a margem vaga e imprecisa do processo informacional, mas ajuda consideravelmente a fundar as bases verdadeiramente científicas para a exploração multidirecional desse processo, constituindo uma meta a alcançar e não um facto consumado. (SILVA *et al.*, 2002, p. 36-37).

Assumir esse caráter teórico-metodológico nos leva a compreender a relevância do contexto na produção e análise da informação e de seus suportes objetivados, os documentos. Devemos levar em conta que os mesmos não se produzem em um contexto “natural”, no sentido de isenção de realidade e suas

imposições. Relações de subjetividades, intencionalidades, usos e projeções contribuem e se inserem na produção e valorização do documento. Portanto, concordamos com nossos autores em ser necessária a abertura às metodologias de suporte qualitativo aplicadas ao processo informacional com a finalidade de “tornar cognoscíveis os aspectos não-quantitativos do processo informacional”, destacando-se os psicossociais e os culto-mentais (SILVA *et al.*, 2002, p. 37).

A necessidade da interdisciplinaridade é defendida também por Renato Tarcísio B. de Sousa (2008). Em seu texto sobre classificação, informa ter recorrido à História, à Filosofia, Teoria da Classificação, Administração, Diplomática Contemporânea, Organização e Representação do Conhecimento e Ciência da Informação.

Aponta como critério dificultador no trato com a Classificação a imprecisão terminológica como característica da área da Arquivística. Seu artigo busca justamente contribuir para sanar tal deficiência apresentando os principais autores sobre essa discussão no sentido de precisar os termos. Na delimitação dos termos, identifica ser necessário estabelecer o significado e

uso de conceitos relacionados com o processo classificatório. São eles a classificação, a ordenação, o arquivamento, a codificação, e o instrumento de classificação, assim como a distinção dos níveis de classificação. (SOUSA, 2008, p. 85).

Identifica a classificação na Arquivística como uma ação mental que atua na construção de categorias ou esquemas utilizados na ordenação de documentos segundo critérios estabelecidos. Ao longo de seu texto busca o refinamento dos conceitos e a delimitação dos termos. Segue identificando as principais correntes do pensamento arquivístico difundidas nas várias tradições. Nesse trajeto, interessamos alguns aspectos, especialmente a delimitação da classificação como processo ordenador e hierarquizante e sua vinculação com o princípio de proveniência e de respeito aos fundos documentais.

Ao apresentar os instrumentos de classificação os identifica como dispositivos de ordenamento hierarquizante e lógico. Da mesma forma, ao apresentar os princípios de classificação ou de divisão, aponta para sua funcionalidade na divisão dos conjuntos de documentos hierarquizando-os a partir de cortes

feitos na estrutura organizacional com a finalidade de delimitação e localização gráfica dos grupos e subgrupos. A exemplificação apresentada no texto diz respeito às categorias “naturais” que poderíamos denominar também como biológicas. São divisões em ramos, classes, ordens, famílias, gêneros e espécies. Essa divisão nos aproxima das categorias estabelecidas desde a Grécia antiga pelo filósofo Aristóteles.

O grande avanço trazido pelo texto de Sousa para a área arquivística é apontar a variação de conceituações, por vezes conflitantes e a necessidade de um tratamento dos termos em vista de uma acuidade teórica e metodológica. Traça as principais discussões, em âmbito mundial, sobre os eixos centrais do fazer arquivístico e as discussões sobre eles. Discussões sobre o objeto próprio da Arquivística e sobre seus princípios modulares, aparentemente resolvidas, aparecem em contrastes e nuances. A procura pelo entendimento sobre o documento, sobre a informação, sobre os princípios de proveniência, territorialidade, fundos documentais surgem como fundamentais para o desenvolvimento da argumentação do autor sobre a classificação.

O Princípio de Proveniência e de Respeito aos Fundos Documentais, devidamente problematizados, apontam para a discussão sobre conceitos fundamentais de espaço e tempo, os quais são também primordiais para o desenvolvimento e entendimento sobre as ações humanas. Se documentamos, o fazemos pela referência espaço-temporal. Tal aproximação, por vezes velada, representa um ordenamento e hierarquização espacial e temporal, mas, sobretudo mental, sobre ações, pensamentos, ideologias, comunicação e transmissão de informações. Disso trataremos mais adiante.

Aspecto interessante para o desenvolvimento de nossas ideias neste trabalho é a contribuição de Martín-Pozuelo Campillos para delimitação dos elementos do documento de arquivo. Entre eles, Sousa destaca o contexto de sua produção e a heterogeneidade, ou seja, a compreensibilidade das informações ali contidas. O primeiro conduz ao segundo. Pelo contexto de produção do documento seria possível a compreensão do conteúdo informacional ali contido. Dizendo de outra forma, “A informação contida no documento de arquivo é resultado da atividade que o

produziu.” (SOUSA, *op. cit.*, p. 108-110).

Seguindo a argumentação do autor, este recorre à Teoria da Classificação para definir que os princípios de divisão do conjunto de documentos que compete à administração do arquivo deveriam ser procurados na própria gênese documental, em seu processo de criação, nas relações estabelecidas e na reprodução das conexões originais (SOUSA, 2008, p.114). Mais adiante, afirma ser a classificação entendida como uma representação da realidade, portanto, uma aproximação. Esse aspecto é interessante, pois nos permite olhar para os sistemas classificatórios como dotados de uma realidade extrínseca a ele mesmo, portanto, passível de uma história e de uma crítica conceitual. As classificações que utilizamos ou criamos, (re)produzem sistemas de classificações sociais mais amplos, carregados de intenções e ideologias.

O Arquivista deveria ser entendido (e se autoconceber) como pesquisador. Sousa identifica três investidas necessárias para o trabalho de investigação, sendo eles o entendimento

do sistema administrativo da instituição pesquisada, a história da formação desse esquema administrativo e seus documentos. Deve-se recorrer conseqüentemente, à Administração, à História Administrativa e à Diplomática. Desse processo investigativo decorre o entendimento do pertencimento da instituição à sociedade, não se constituindo em instância isolada.

Uma de suas considerações finais diz respeito à função social do arquivista, a qual se vincula ao processo investigativo e serve de suporte para a moldagem dos sistemas classificatórios e a conseqüente organização do conjunto de documentos. Essa organização está em vista da possibilidade do acesso rápido, seguro e eficiente da informação. Nisso consistiria parte da função social do arquivista.

Processo classificatório no mundo ocidental: esforço para delimitação de categorias claras e distintas

Ao definir os instrumentos de classificação, Sousa identifica-os como “um esquema onde são dispostos espacialmente os níveis de classificação de uma maneira hierárquica e lógica.” (2008, p.86). Tais elementos conferem ao processo sua credibilidade. Como

vimos anteriormente, os procedimentos racionais lógicos formam a base do pensamento ocidental. Os modelos tomados como fundantes da lógica própria do que denominamos “ocidente” foram os de Sócrates e mais ainda os de Platão e Aristóteles. Modos de pensar fundamentados no princípio de identidade onde o “ser” só pode ser aquilo que é. A mudança era um complicador nessa forma de estabelecer contato com a realidade. Tal complicador foi “resolvido” a partir da dialética aristotélica, a qual apresentou o princípio de mudança contido no próprio ser. Segundo Aristóteles, a mudança não transforma, necessariamente, o ser em outro ser. No princípio de identidade, na perspectiva de Parmênides, “o ser é e o não ser não é”. O princípio de identidade busca a pureza do falar sobre o ser, ou seja, a definição dos termos em categorias claras e distintas. A confusão não clareia o ser.

A armadilha que pode advir desse princípio é o da fala verdadeira sobre o ser ou sobre a realidade. A dialética aristotélica como princípio de resolução das dicotomias, mudanças, transformações e incertezas será questionada na modernidade por filósofos como Nietzsche. Segundo ele, nossa com-

preensão da mudança, do imprevisível é problemática, chegando a abandoná-la em função da coesão e da harmonização intelectual sobre a realidade. Nietzsche propõe dizer sim a todo problemático para ampliarmos nossas concepções e conceitos. A identidade pode comportar a exigência da exacerbação da univocidade sobre a realidade. Segundo o mesmo autor, a elevação da razão, dos conceitos “mumificados” em detrimento do corpo, da sensibilidade como possibilitadora do conhecimento produz conceitos vazios.

Outro aspecto do pensamento desse autor que nos parece bastante interessante é o fato dos “conceitos-múmia”, como ele mesmo denomina, abolirem a historicização. O recurso à localização temporal, à revisão dos conceitos conforme os contextos históricos e locais poderiam apontar para suas fragilidades e para a necessidade de revisitá-los criticamente. A importância de tal contextualização foi apontada acima em relação aos documentos arquivísticos. Parece-nos relevante, portanto, seguindo tal lógica, verificar a constituição histórica do próprio pensamento classificatório a fim de localizá-lo temporalmente e contextualizá-lo em suas referências às

hierarquizações e ordenamentos propostos sobre a realidade, no caso, as configurações espaço-temporais sobre os objetos documentais.

Recorremos ao clássico texto antropológico de Durkheim e Mauss (2005), “Algumas formas primitivas de classificação”, onde os mesmos se utilizam de relatos etnográficos para compreenderem os processos classificatórios, suas variações, seus elementos formais e práticos. Observam que há lógicas variadas fundamentando tais processos de ordenamento mental sobre pessoas, objetos e seres. A tese principal dessa investigação é a de que os sistemas classificatórios são, sobretudo, sociais. Além disso, esses sistemas são representações simbólicas da vida social. Elas não existiriam “na coisa em si”, mas projetam o ordenamento político, econômico, social, religioso de dada sociedade.

Nesse texto, publicado no ano de 1903, os autores buscavam a compreensão sobre as representações coletivas. O entendimento sobre as representações estava, naquele período, relevantemente calcado na esfera subjetiva. Os avanços da Psicologia passaram a demonstrar o caráter complexo das formas de representação

mental, contradizendo uma das correntes de pensamento da época que apresentava uma relação simplista desses processos. Outra forma de pensamento era o “inatismo” defendido pelos lógicos. Essas correntes identificavam as representações unicamente com a força subjetiva do indivíduo. Afirmam:

Sabemos agora de que multiplicidade de elementos é formado o mecanismo em virtude do qual construímos, projetamos no mundo exterior, localizamos no espaço nossas representações do mundo sensível. Mas este trabalho de dissociação só mui raramente foi aplicado às operações propriamente lógicas. As faculdades de definir, de deduzir, de induzir são geralmente consideradas como imediatamente dadas na constituição do entendimento individual (DURKHEIM e MAUSS, 2005, p. 399).

Ressaltam que, embora essas funções classificadoras existam desde que se formou uma “humanidade”, não se imaginava que sua formação e organização ocorreram de uma difícil e laboriosa reunião de elementos hauridos das mais diferentes fontes, em meio às relações mais estranhas à lógica. Tais relações não aparecem de forma clara enquanto são percebidas como produzidas unicamente pelos meandros da psicologia individual.

Os lógicos percebiam a função classificadora e a hierarquia dos conceitos por ela produzida como “dada nas coisas e imediatamente exprimível

pela cadeia infinita dos silogismos.” Os psicólogos, por seu turno, pensavam ser suficiente explicar o processo pelo “simples jogo de associação de ideias, das leis de contiguidade e de semelhança entre os estados mentais.” (DURKHEIM e MAUSS, 2005, p.400). Portanto, o que pautava a discussão eram a função inata e a força individual. Passava por entender os processos classificatórios como se visualizássemos as categorias, séries, gêneros ocorrendo na natureza. Durkheim e Mauss entendem que essa concepção não ultrapassa as definições expostas por Aristóteles e propõem o estudo dos sistemas classificatórios a partir de sociedades onde a lógica moderna não penetrasse, onde ocorresse uma ausência mais ou menos completa de conceitos definidos.

Apontam que nas sociedades modernas as formas de indistinção entre o homem e suas representações já não existem, ou são evidentes somente como forma de “sobrevivência”. É necessário recorrer ao método etnográfico para se chegar a formas elementares de classificação a fim de se compreender os complexos elementos do processo de representação, desnaturalizando-o com o intuito de apontar o contexto social de sua produção.

Toda classificação implica uma ordem hierárquica da qual nem o mundo sensível nem nossa consciência nos oferecem o modelo. Deve-se, pois, perguntar onde fomos procurá-lo. As próprias expressões de que nos servimos para caracterizá-lo nos autorizam a presumir que todas estas noções lógicas são de origem extralógica [...] Estes fatos levam à conjectura de que o esquema da classificação não é um produto espontâneo do entendimento abstrato, mas resulta de uma elaboração na qual entram todos os tipos de elementos estranhos. (MAUSS, 2005, p.403)

Tal empreitada foi proposta também por Durkheim em seu texto “As formas elementares da vida religiosa” (DURKHEIM, 2003), onde busca em sociedades “primitivas”, a sustentação de elementos que poderiam ser tomados como básicos e fundantes de determinadas representações religiosas. Afirma que essas são projeções da estruturação social dessas sociedades.

A base desses trabalhos foi a organização totêmica de grupos australianos, onde as divisões e classificações seguem o esquema proposto pelas organizações totêmicas. Nessas, as tribos se dividem em fratrias, às quais correspondem certo número de clãs e seus membros encontram-se vinculados aos respectivos totens. Além dessas divisões, existem as classes matrimoniais, pelas quais se regulam

(possibilitam ou interditam) os casamentos.¹

Segundo os estudos de Durkheim e Mauss, as representações referentes a pessoas, nomes, objetos, animais, seres físicos e espirituais se referem e se confundem com os totens. Argumentam que, à primeira vista a organização social, as divisões e representações são possibilitadas pela referência ao totem. Porém, o que percebem é que os totens e as respectivas representações que deles advêm são possibilitadas pela projeção da estruturação social vigente.

Ao longo do texto são apresentadas as diversas repartições e formas de organização desses grupos. O estudo sobre os totens vai apontando para as relações existentes entre a estruturação social, econômica, política, religiosa e as formas de atribuição de pertencimento. Os objetos, os seres e as

¹ Mauss aponta a seguinte estruturação típica dos grupos estudados: “Cada Tribo é dividida em duas grandes secções fundamentais designadas pelo termo fratrias. Cada fratria, por seu turno, compreende um número de clãs, isto é, grupos de indivíduos portadores do mesmo totem. Em princípio, os totens de uma fratria não se encontram em outra fratria. Além desta divisão em clãs, cada fratria é dividida em duas classes que chamamos matrimoniais. Damos-lhe este nome porque esta organização tem, antes de tudo, como finalidade regulamentar os casamentos; uma classe determinada de uma fratria não pode contrair matrimônio a não ser com uma classe determinada de outra fratria”. In.: MAUSS, M. *Ensaio de Sociologia*. São Paulo : Perspectiva, 2005, p. 404.

peças estão em estreita relação com os totens e suas potências. Uma exemplificação nos ajuda a perceber a estreiteza de laços.

A identificação é tal que o homem assume os caracteres da coisa ou do animal de que é assim aproximado. Por exemplo, em Mabuiag, as pessoas do clã do crocodilo passam por ter o temperamento do crocodilo: são ferozes, cruéis, sempre prontas para a batalha. Entre certos Siús, há uma secção da tribo chamada vermelha e que compreende os clãs do leão das montanhas, do búfalo, do alce, todos animais que se caracterizam por seus instintos violentos; os membros destes clãs são, por nascimento, gente de guerra, ao passo que os agricultores, gente tranqüila, pertence a clãs cujos totens são animais essencialmente pacíficos. (MAUSS, op. cit., p.401-402).

O sistema totêmico está na base da organização social e mental dessas sociedades. Os homens e mulheres se referem ao totem, assim como os objetos de trabalho, de culto, de guerra e as características próprias dos membros das fratrias e dos clãs. Os animais, os astros, os seres sobrenaturais e os poderes também se submetem à divisão totêmica. Ao longo do texto os autores vão apresentando as diversificadas formas de estruturação e ordenamento das coisas e dos seres. Daí surge ainda a divisão espacial uma vez que as fratrias e os clãs ocupam espaços determinados. Sua atuação como o trabalho, a caça, a guerra, o culto, os acampamentos seguem também uma organização

mental delimitada. Assim, o sol se refere a um totem, a lua a outro. O lobo se refere a determinado totem, a garça a outro.

Apontam que alguns sistemas são mais simples e outros mais elaborados. O sistema totêmico passa a reger o cotidiano dessas populações, indicando possibilidades ou interdições. Em alguns sistemas é possível, por exemplo, determinar a causa de doenças ou de mortes atribuindo-a a determinados objetos, seres ou poderes que se referem a um totem. Em alguns casos de sistemas classificatórios mais rígidos é possível determinar o próprio culpado.

A complexidade das diferentes características desse sistema não nos permite esmiuçá-los aqui. Porém, o que o estudo sobre essas classificações pretende mostrar é que há uma intrincada rede de relações mentais entre o homem e a realidade que o rodeia. Como afirmam diante de um sistema bastante complexo, onde podem ser identificadas divisões e subdivisões em fratrias (gênero), classe matrimonial (espécie):

É a prova de que não estamos diante de uma simples dicotomia das coisas em dois gêneros opostos, mas em cada um destes gêneros, diante de uma verdadeira inclusão de conceitos hierarquizados. (DURKHEIM e MAUSS, 2005, p. 407).

Um dos fundamentos dessa forma de pensar está nas relações de parentesco, em geral regidas pelo sistema de classes matrimoniais e pelos sistemas de parentesco, onde a proximidade ou o distanciamento aí interferem, seja para incluir ou para interditar objetos ou seres.

O que pretendem esses autores é demonstrar que as classificações dessas sociedades são relevantemente diferenciadas das nossas em diversos aspectos. Ali, por exemplo, a lógica formal ou a ideia do inatismo não prevalece, mas pertence a outra ordem de coisas, a outra ordem mental, as quais fogem de nossas explicações científicas, lógicas ou filosóficas correntes. Nem por isso, entretanto, carecem de significado, o qual se encontra nos usos, proximidades ou afastamentos em relação às coisas. O caráter social é o principal ordenador dessas classificações, as quais abrangem a organização política, econômica, as relações de troca, os vínculos matrimoniais, os poderes mágicos, os animais, a distribuição dos territórios, a hierarquização dos fazeres e das atribuições, as estações do ano e suas relações com o plantio, com a colheita, com o gado e com as festas. Toda a

estrutura social encontra-se representada. “Há, portanto, um vínculo estreito, e não uma relação accidental, entre este sistema social e este sistema lógico.” (DURKHEIM e MAUSS, op. cit., p. 425).

Cientes de estarmos deixando de lado aspectos significativos dos relatos e das análises desses autores, mas limitados pelo tempo e pelo espaço, entendemos que, mesmo assim, as ideias gerais de seu estudo nos ajudam a identificar alguns elementos importantes para compreendermos os sistemas classificatórios atuais. Aliás, no decorrer do texto de Durkheim e Mauss, as representações das sociedades mais “primitivas” foram comparadas com sociedades mais “complexas” como a chinesa. O intuito foi demonstrar que diversas funções desenvolvidas em variadas maneiras de estruturação social convergem em determinados pontos e que o principal deles, o qual se encontra também em nossas sociedades contemporâneas é a de que a hierarquização social é projetada para a hierarquização mental.

Descartando a ideia corrente em sua época de que o homem individual seria o centro da função classificadora, os autores em foco apresentam a

sociedade como ponto focal. As relações de proximidade e importância atribuídas a espaços, a relações, a cargos, a valores imobiliários, a poderes mágicos e etc., conduzem as formas de classificação. Aparece aqui a análise tipicamente durkheimiana da sociedade, onde o aspecto social apresenta-se como fato, o qual é anterior, exterior e coercitivo ao ser humano. Mesmo relativizando esse posicionamento, o que deve ser feito, compreendemos que as forças sociais exercem determinadas influências na condução de nossas ações.

Entre esses modelos de classificação e os referenciais científicos modernos há relações bastante estreitas. Da mesma forma que as classificações científicas atuais, a função classificadora nas sociedades estudadas forma um sistema de noções hierarquizadas. Buscam-se as relações entre as coisas, muito mais do que simplesmente dispô-las em grupos isolados. As classificações desses conjuntos apresentam também um aspecto especulativo, não se constituindo em simples facilitador das ações. Ao contrário, apresentam como objeto a compreensão e a inteligibilidade das relações existentes entre os seres. Servem, portanto, para unir as ideias entre si e para unificar o conhecimento.

Como vimos anteriormente, as emoções ou sentimentos de segurança, proximidade, medo, distanciamento, entre outros, estão presentes, segundo os autores, nos modelos de classificação das sociedades estudadas. Entretanto, perdem força em relação às análises científicas modernas.

Por isso, a história da classificação científica é, em última análise, a própria história das etapas no decurso das quais este elemento de afetividade social se enfraqueceu progressivamente, deixando sempre mais o lugar livre ao pensamento refletido dos indivíduos. Mas falta muito para que estas influências longínquas que acabamos de estudar tenham cessado de se fazer sentir em nossos dias. Deixaram atrás de si um efeito que sobrevive a elas e que está sempre presente: é o próprio quadro de toda classificação, é todo este conjunto de hábitos mentais em virtudes dos quais nos representamos os seres e os fatos sob a forma de grupos coordenados e subordinados uns aos outros. (DURKHEIM e MAUSS, 2005, p. 455).

Os modelos sociais vigentes servem como parâmetro principal para as formas classificatórias produzidas. Os autores discordam que os homens tenham se dividido em clãs devido a classificações produzidas previamente. Ao contrário, entendem que os homens classificaram as coisas da forma que o fizeram pelo motivo de estarem divididos em clãs. É a organização da sociedade que fornece os modelos. Segundo seu pensamento, portanto, a análise científica que se desenvolve na

modernidade é que vai encobrendo as relações mais básicas dos modelos classificatórios, apresentando a impressão de distanciamento em relação ao que se produz como representação.

Imaginação classificatória

Em seu livro “Comunidades Imaginadas”, Benedict Anderson (2008) desenvolve estudo sobre o processo de afirmação dos Estados nacionais, da projeção de seu poder para os Estados coloniais sob seu domínio e a projeção de sua força política sobre esses últimos. Seus estudos concentram-se na Ásia, mas podem ser aproveitados como base teórica para pensarmos na afirmação dos poderes estatais centrais.

O capítulo que nos interessa versa sobre três instituições de poder, as quais, conforme Anderson, desempenham papel privilegiado na “gramática” por baixo das ideologias políticas da projeção do poderio desses estados, a qual lhe confere legitimidade. Esse poderio foi composto a partir da “criação de imagens” desse estado colonial. (ANDERSON, 2008, p. 226).

O período estudado pelo autor se refere ao século XIX e aos períodos posteriores. É justamente nesse período que a Arquivística começa a surgir como

campo autônomo de conhecimento. Embora Anderson trabalhe com o censo, o mapa e o museu, poderia ter incluído nesse rol o arquivo por seu caráter de provedor de material documental para a constituição da memória sobre o Estado e suas ações.

Essas instituições possibilitam a difusão dessa produção de imagens sobre o estado colonial na medida em que identificam a natureza dos seres humanos por ele governados (censo), a geografia sob seu domínio (mapa) e possibilitam legitimar o passado (museu). Embora tenham surgido antes do século XIX, suas funções são modificadas pela entrada das zonas colonizadas na era da reprodução mecânica impulsionada pelo capitalismo.

Estudos do sociólogo Charles Hirschman, apontado por Anderson, possibilitam perceber que desde a segunda metade do século XX até data recente, ocorreram mudanças extremamente rápidas e superficialmente arbitrarias submetidas às categorias censitárias. Estas foram constantemente unificadas, separadas, re combinadas, misturadas e reordenadas. Entretanto, as categorias referentes a identidades politicamente poderosas permaneceram sempre na liderança da lista.

Há um esforço pelo desenvolvimento progressivo das delimitações censitárias, apesar de os estados se depararem com complicadores, como as identificações múltiplas, indistinções ou variáveis. Comenta que é possível perceber, pelo trabalho de Hirschman a paixão dos recenseadores por categorizações exaustivas e inequívocas. Interessante a delimitação da categoria “outros” como possibilidade englobante das categorias fugidias. “A idéia fictícia do censo é que todos estão presentes nele, e que todos ocupam um – e apenas um – lugar extremamente claro. Sem frações.” (ANDERSON, 2008, p. 230). Em relação às categorias utilizadas, em geral provinham do imaginário do recenseador, por vezes projetadas de categorias que advinham do universo europeu do colonizador. A inovação não estaria, portanto, nas categorias, mas no esforço de quantificação.

A quantificação fornece ao Estado condições para implantação de novas burocracias educacionais, jurídicas, para a saúde pública, polícia e imigração. Todas elas tinham base no modelo das hierarquias etno-raciais das categorias censitárias.

A passagem das populações submetidas pela rede diferenciada de escolas, tribunais, clínicas,

delegacias e departamentos de imigração criou ‘hábitos de tramitação’ que, com o tempo deram uma verdadeira vida social às fantasias anteriores do Estado. (ANDERSON, *op. cit.*, p. 234).

As categorias censitárias e sua coleta, portanto, preparam as ações do Estado.

O mapa, por sua vez, teve seu desenvolvimento a partir da relevância dada a determinados pontos e à necessidade de sua identificação e localização. Em geral estavam envolvidos fatores políticos, econômicos, estratégicos, religiosos, entre outros. Os mapas irão se aprimorar com o desenvolvimento das técnicas cartográficas, ampliando a produção do imaginário sobre o território, a soberania e a nação. Censo e mapa interagem uma vez que o segundo delimitava espacialmente as categorias censitárias. O censo vai também servir para preencher politicamente a topografia formal do mapa.

A outra instituição relevante no processo de criação de imagens sobre o Estado colonial é o museu, uma vez que “os museus e a imaginação museologizante são profundamente políticos.” (ANDERSON, 2008, p. 246). A proliferação dos museus nos territórios dos novos Estados coloniais aponta para o projeto de solidificação das heranças

políticas assumidas do Estado que os colonizaram.

Anderson aponta diversas razões para se entender o interesse pelos museus. Dentre elas está a possibilidade de o Estado colonial mobilizar o passado monumental para demonstrar um processo gradativo de declínio daquela civilização subjugada. A atual sociedade e seus membros não teriam mais condições de feitos grandiosos como os dos antepassados, demonstrados pelos monumentos que restaram. Monumentos esses que passaram a ser restaurados e resignificados como parte da função do Estado colonial. O Estado passa a ser considerada como a instituição capaz de resguardar e zelar pela tradição.

Os antigos sítios sagrados deveriam ser incorporados ao mapa da colônia, e o seu venerando prestígio (o qual, se tivesse desaparecido, como amiúde se deu, seria revivido pelo Estado) envolveria também os cartógrafos. [...] Assim museificados, eles eram reposicionados como insígnias de um Estado colonial secular. (ANDERSON, 2008, p. 250)

O processo de objetivação dos sítios arqueológicos foi utilizado como criação desse processo de projeção de uma imagem do Estado colonial, ainda mais forte no ingresso desses estados na era da reprodutibilidade. A reprodução das imagens dos monumentos a serem resguardadas era incessantemente trans-

mitida em diversos meios como as escolas e passaram a fazer parte do cotidiano da população daquele Estado. Essa entrada no cotidiano acabou por naturalizar sua presença.

Censo, mapa e museu são instituições mutuamente interligadas e suas funções nos ajudam a compreender o pensamento do Estado colonial tardio sobre seus domínios, sobretudo no caso de Anderson, na Ásia. Tais instituições produzem uma “grade classificatória totalizante”, a qual pode ser aplicada com extrema flexibilidade a qualquer coisa posta sob o domínio de quem as detém. Sua força reside na legitimidade de poder dizer o que as coisas são ou o que deixam de ser, assim como a quais categorias se associam. Anderson ressalta que os “cômicos itens classificatórios” *outros*, ocultavam todas as anomalias da vida real. (ANDERSON, 2008, p. 253).

A trama desse processo está na serialização. O mundo passa a ser entendido como produto de plurais reprodutíveis e o particular é percebido como um representante provisório de uma série, ainda a ser tratado dentro da grade classificatória.

Considerações Finais

Algumas questões devem ser esclarecidas, a principal delas é que nosso trabalho mais aponta do que define, mais pergunta do que responde. É uma temática complexa que merece ser aprofundada em momentos futuros oportunos. Entretanto, faz-se necessário identificar alguns pontos para debate.

O que pretendemos desde o início foi confrontar categorias arquivísticas com uma literatura exógena à área, dentro de um pensamento de ampliação interdisciplinar das bases de discussão. Por tratar de questões diretamente vinculadas à classificação, a Antropologia parece-nos um campo de conhecimento propositivo e instigante. Desde seu início encontrava-se preocupada com os sistemas classificatórios dos povos observados, como forma de compreensão da relatividade dos seus próprios sistemas de classificação europeus. A arquivística, outro campo interessado e mesmo dependente em termos técnicos, da classificação, deve estar interessada não somente em sua utilização, mas também em sua significação. Compreendemos que faz parte ainda da função social do arquivista a investigação sobre as categorias das quais lança mão em seu trabalho. A reprodução pura e simples de

categorias pode dar continuidade a esquemas mentais que moldam a realidade em vista de projetos estatais, políticos ou econômicos que refletem o contrário da construção da cidadania e que podem, ao contrário, enrijecer processos antidemocráticos e elitizantes.

Compreender as categorias como construção social, como nos apontaram Durkheim e Mauss, e seus usos, como Benedict Anderson demonstra, pode conduzir ao tratamento técnico mais cauteloso e sincero. Sabemos que o documento ainda possui extrema relevância na constituição da sociedade, em especial nos moldes capitalistas ocidentais. Não é sem significado a importância que os documentos adquirem a partir da segunda metade do século XX, em meio ao boom da era da reprodutibilidade, assim como a ansiedade social produzida pela tomada de consciência da desorganização estrutural, na qual incorriam as empresas estatais ou privadas. Tal situação conduziu à necessidade de se repensar os “arquivos modernos” (SCHELLEMBERG, 1973).

Desde fins do século passado, os avanços tecnológicos, especialmente no campo da informática, foram apontados com alerta por Dollar (1994) aos

arquivistas. Tais avanços modificaram ou complexificaram as tradicionais formas do pensar e fazer arquivísticos, trazendo à tona outro componente bastante significativo como elemento de discussão para a área, a informação. Apesar desse quadro, pensamos que os fundamentos de nosso pensamento estejam ainda na manutenção de uma cultura documental.

A relevância dos documentos encontra-se claramente na permanência de seu valor probatório reforçado pelos estudos de pesquisadores como Duranti (DURANTI, 1994). Entretanto, se pensamos em diálogos frutuosos com diferentes campos das Ciências Sociais, devemos estar preparados para a dúvida e a crítica em relação à complexidade de relações que o documento pode manter com os critérios de veracidade.

Repito aqui algumas perguntas iniciais. A quem ou a quem servem as categorias pelas quais definimos a organização das informações registradas? Com quais sistemas classificatórios lidamos? O que reforçam socialmente? Se nos entendemos como isentos em relação aos usos dos documentos e das categorias escolhidas, receio que nossa função social continue

se limitando às técnicas que empregamos e a seus resultados.

Referências

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARISTÓTELES. **Tópicos**. In.: Coleção os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

DOLLAR, Charles. O impacto das tecnologias de informação sobre princípios e práticas de Arquivos: algumas considerações. **Acervo**. Revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional, v. 7, n. 1-2, jan./dez., p. 03-37, 1994.

DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, n.13, p. 50-64, 1994.

DURKHEIM, E. **As formas elementares da vida religiosa**. O sistema totêmico na Austrália. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GOFFMAN, Erwin. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1975.

MAUSS, Marcel. **Ensaio de Sociologia**. São Paulo: Perspectiva, 2005

NIETZSCHE, Friedrich. A “razão” na Filosofia In.: _____. **Crepúsculo dos ídolos**. São Paulo: Escala.

SCHELLENBERG, T.R. **Arquivos Modernos**. Princípios e técnicas. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1973.

SILVA, A. M.; RIBEIRO, F.; RAMOS, J.; REAL, M.L. **Arquivística. Teoria e prática de uma Ciência da Informação**. Porto, Portugal: Edições Afrontamento, 2002.

SOUSA, Renato Tarcísio de. A classificação como função material do que-fazer arquivístico. In.: SANTOS, Vanderlei Batista dos (org.). **Arquivística. Temas contemporâneos: classificação. Preservação Digital. Gestão do Conhecimento**. Distrito Federal: SENAC, 2008.

TARNAS, Richard. **A epopéia do pensamento ocidental**. Para compreender as idéias que moldaram nossa visão de mundo. 8ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.